

Perfil Socioeconômico do Município de Constantina/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local



Sarandi/RS

Janeiro de 2021

C172t Camfield, Claudio Eduardo Ramos et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Constantina-RS / Claudio Eduardo Ramos Camfield, Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Saionara da Silva. - Sarandi/RS, 2021.

49 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2021.

1. Capitalismo Consciente. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. II. Costa, Nilson Luiz. III. Nunes de Oliveira, Gabriel. IV. Giotto, Enio. V. Saionara da Silva.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Região da Produção RS/SC/MG. Av. Sete de Setembro, n.1130 – 2º andar – Centro CEP.: 99560-000 / Sarandi - RS





Conselho De Administração

Saul João Rovadoscki (Presidente)
André Luis Soares Balbi
Daniel Ribeiro dos Santos
Darlei Knob
Evandro Pedro Bernardi
Ivandro Adilio Machado Bertotti
Jose Carlos Benini
Leonardo Portolan
Maieri Stivanin
Roberto Tadeu Oliboni
Solani Cristina Gobbi Menegazzo

Conselho Fiscal

Alessandra Bazzi Luciano Adalberto Henkes Luciano Escobar Ayrte Antoninho Blau Débora Ribeiro Fernandes Marcelo Girotto

Diretoria Executiva

Marcos Roberto Dorigon (Diretor Executivo) Catiane Longhi Menin (Diretor de Operações)

Gerências da Superintendência Regional

Leandro Carlot (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Luana Schiefelbein Elicker (Gerente de Relacionamento)
Ricardo Enderle (Gerente de Ciclo de Crédito)
Ana Elisa Perusso (Gerente de Gestão de Pessoas)
Mauara Debona Pissatto (Gerente de Operações
Administrativas)
Amauri Correa (Gerente de Desenvolvimento de
Negócios)
Adiones Galiazzi (Gerente de Desenvolvimento de
Negócios)



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Reitoria

Paulo Afonso Burmann (Reitor) Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência - FATEC

Jeferson de Souza Flores (Diretor-Presidente) Alencar Machado (Diretor Financeiro) Renato Zanella (Diretor Administrativo)

UFSM Campus Palmeira das Missões

Luiz Anildo Anacleto da Silva (Diretor) Daniel Angelo Sganzerla Graichen (Vice-Diretor)

Departamento de Ciências Econômicas

Elaine Ferreira (Chefe)

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (PPGAGR) – Mestrado Acadêmico João Pedro Velho (Coordenador)

Curso de Graduação em Ciências Econômicas Carlos Gilbert Conte Filho (Coordenador)

Curso de Graduação em Administração Claudio Eduardo Ramos Camfield (Coordenador)

Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA-UFSM)

Nilson Luiz Costa (Coordenador) Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador) Enio Giotto (Pesquisador) Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador) Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.32.0003 Convênio 090/2020, UFSM/FATEC.



SUMÁRIO

1. IN	NT	TRODUÇÃOErro	o! Indicador não definido.
2. AI	N	NÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CON	STANTINA 5
2.1.		Caracterização demográfica	7
2.2.	1	Apresentação e análise da economia municipal	9
2.2.1	١.	. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresaria	l10
2.2.2	2.	. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	15
2.2.3	3.	. Análise da evolução da produção agropecuária	20
2.3.		Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvin	nento32
2.3.1	l.	. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	32
2.3.2	2.	. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	33
2.3.3	3.	. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas	34
2.3.4	1.	. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	35
2.4.		Meio ambiente e desenvolvimento	37
3. A	ÇĊ	ÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONALErro	o! Indicador não definido.
4. C	:OI	DNSIDERAÇÕES FINAIS Erro	o! Indicador não definido.
l	D	Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte,	a busca constante de
parc	ce	erias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma s	inergia tal que conduza o
muni	icí	cípio para apenas um rumo, o do desenvolvimento Erro	o! Indicador não definido.
RFFF	R	RÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30



1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG e o Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio (NPEA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas ao perfil socioeconômico dos municípios que estão na área de atuação da Sicredi Região da Produção, bem como os desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada local onde a cooperativa possui agência, no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina (Figura 1).

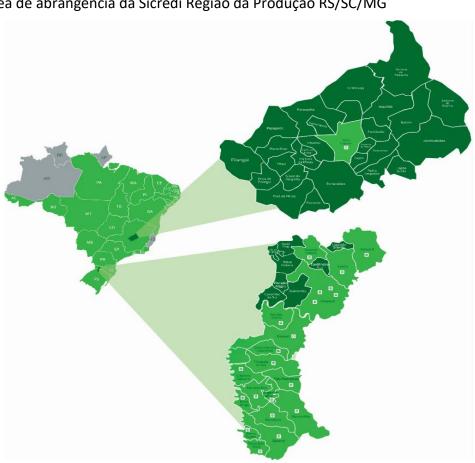


Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Região da Produção RS/SC/MG

Fonte: Sicredi Região da Produção RS/SC/MG.

Esta iniciativa coletiva e comprometida com o processo de fomento à reflexão sobre o desenvolvimento e ao capitalismo consciente foi construída em cooperação com os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores socioeconômicos.



Neste processo, a reflexão e a busca por novos conhecimentos, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor também são objetivos a serem alcançados.

Portanto, conhecer a realidade de cada município, bem como os níveis de desenvolvimento e a evolução econômica, social e ambiental podem subsidiar reflexões e proposições na área do desenvolvimento regional, local, inclusivo e sustentável.

Neste contexto, a presente iniciativa contempla o levanta e análise de informações primárias e secundárias. As informações primárias serão obtidas através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios. As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, contidas neste Perfil Socioeconômico e Ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

Este relatório, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Engenho Velho/RS** e está divido em quatro seções, sendo a primeira esta Introdução. Na segunda, apresenta-se a análise do Perfil Socioeconômico e Ambiental do município em questão. Na terceira seção o leitor poderá encontrar uma breve reflexão sobre as ações potenciais de desenvolvimento regional. Já, na quarta seção, estão apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla uma importante etapa para refletir, com base no Capitalismo Consciente a nas dinâmicas socioeconômicas locais, quais ações poderão ser implementadas para melhorar os níveis de desenvolvimento municipal e regional.



2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CONSTANTINA

Conforme informações da Prefeitura Municipal de Constantina/RS (2020), o município possui uma área de 203 km², limitando-se com os municípios gaúchos de Três Palmeiras, Engenho Velho, Rondinha, Novo Xingu, Sagrada Família, Cerro Grande, e Liberato Salzano, situando-se a 26 km a Norte-Oeste de Sarandi a maior cidade nos arredores.

O município está situado a 449 metros de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 43′ 44″ Sul, Longitude: 52° 59′ 10″ Oeste. De acordo com a Câmara Municipal de Constantina (2020), o município se localiza na região do Alto Uruguai, a 365 km da capital do estado, Porto Alegre.

O município contou com muitas denominações, quando ainda era povoado chamava-se Taquaruçu, depois passou a denominar-se por João Pessoa, José Bonifácio, Benjamin Constant. Por fim, devido aos nomes anteriores terem causado muitas confusões por já serem adotados em outras regiões do país, passou a chamar-se de Constantina, nome derivado da palavra Constant.

Neste sentido, concomitante com todas estas trocas de denominações, o município foi distrito de Palmeira das Missões em 1928. A partir de 1929 passou a fazer parte de Passo Fundo e em 1949 de Sarandi, até que em 14 de abril de 1959, devido ao esforço da Comissão Emancipadora, por meio da Lei Estadual nº 3.736, o então governador Leonel Brizola criava o município de Constantina.

2.1. Caracterização demográfica

Constantina em 1919, quando era conhecida como vila e denominava-se Taquaruçu, foi formada pela colonização alemã existente na região. Uma das pessoas mais primordiais para a existência do município foi o Dr. Mayer, que elaborou toda a colonização do distrito de Xingú, demarcando toda a sua área e inserindo os colonizadores. Por volta de 1935 o Pe. Patui elaborou o primeiro Plano Diretor da Vila, determinando suas praças e lugares públicos, com isso a vila alcançou o seu desenvolvimento passando a denominar-se nesta época de Benjamin Constant a qual em 1959 torna-se Constantina. Neste sentido, desde essa época este município do Estado do Rio Grande do Sul, tem os seus habitantes denominados por constantinenses.



Em se tratando de demografia, o município de Constantina possui uma densidade demográfica de 48 habitantes por km² no território do município. A população estimada atual, segundo o IBGE (2020) é de 9.911 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 9.752 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	3.142	66%	3.369	68%	6.510	67%
Rural	1634	34%	1607	32%	3.241	33%
Total	4.775	100%	4.976	100%	9.752	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme é possível observar, 67% da população de Constantina vive na zona urbana. Quanto a população residente na zona rural, tem-se uma aproximação dos percentuais entre homens e mulheres, com uma população masculina de 34% e a feminina de 32%.

Do contingente de 9.752 pessoas, cerca de 20% tem até 14 anos, 24% de 15 a 29 anos, 40% de 30 a 59 anos e 16% de 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

	Masculina		Feminina		Total	
Faixa etária	Pessoas	%Т	Pessoas	%Т	Pessoas	%T
1-14 anos	956	20%	1009	20%	1.965	20%
15-29 anos	1182	25%	1140	23%	2.322	24%
30-59 anos	1948	41%	1988	40%	3.936	40%
60 ou mais	690	14%	839	17%	1.529	16%
Totais	4.776	100%	4.976	100%	9.752	100%

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010).

Conforme a Tabela 2 observa-se que mais de 64% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

Buscando uma maior compreensão sobre o comportamento do desenvolvimento da população do município, apresenta-se na Figura 2 a evolução de uma série histórica de dezenove anos da população municipal de Constantina.



Neste sentido, é possível verificar que a população do município partiu de 9.709 pessoas no ano de 2002, chegando a atingir o máximo populacional no ano de 2009 (10.191) e findando a série histórica no ano de 2020 com um total de 9.907 pessoas. Em todo o período analisado percebe-se que houve um crescimento da população na ordem de 2%. Entretanto, observa-se que, durante todo o período compreendido, houve três períodos de queda populacional, ou seja, entre 2002 e 2006 (-3%), entre 2009 e 2011 (-4%) e 2018 e 2017 (-2%). Em compensação, o maior crescimento populacional de Constantina se deu entre os anos de 2006 e 2009 (8%).

10.400 10.165^{10.191} 10.200 10.07710.08610.09410.10110.109 9.969 10.000 9.915 9.911 9.907 População Estimada 9.795 9.747 9.742 9.800 9.656 9.545 9.600 9.485 9.424 9.400 9.200 9.000 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020

Figura 2. Evolução da população municipal: 2002 a 2020

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estima Pop (2020).

2.2. Apresentação e análise da economia municipal

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".



diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

Entre 2002 e 2018, o PIB Real do município de Constantina evoluiu de R\$ 196,6 milhões para R\$ 316,4 milhões, o que representa um crescimento real de 61% nos últimos 16 anos e uma taxa média de crescimento da ordem de 3% ao ano.

Observa-se na Figura 3 que a trajetória do crescimento econômico de Constantina, ao longo do período analisado, veio aprestando algumas variações entre ascensão e queda do seu valor agregado bruto, demonstrando assim uma maior ou menor participação de determinados setores produtivos locais. Neste sentido, observa-se uma ascensão do PIB Real do município a partir do ano de 2013, quando alcançou cerca de R\$ 316 milhões. Neste ano as atividades econômicas responsáveis pela geração de emprego e que podem ter repercussão no PIB, foram as ligadas a construção de edifícios, fabricação de produtos diversos, aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, locação de automóveis sem condutor, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, desdobramento de madeira, comércio atacadista de máquinas, e aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, entre outras.

Posteriormente percebe-se uma pequena redução na atividade econômica até 2015, quando atingiu cerca de R\$ 298 milhões, vindo o município a se recuperar no próximo ano (2016) quando se obteve um PIB na casa dos R\$ 303 milhões. Desde então, percebe-se que houve novamente uma retração da economia municipal, a qual foi refletido pelo PIB, que apresentou nova queda em 2017, voltando em 2018, ao patamar de 2016, apresentando um PIB real de R\$ 316,4 milhões.

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".



² De acordo com PESSOA (2017), o Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

Conforme a Figura 3, entre os setores que mais geraram riquezas no município ao longo dos anos compreendidos pela série histórica, destacam-se: comércio e serviços (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 112 milhões); agropecuário (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 53 milhões) e administração pública (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 43 milhões) e, por fim, a indústria (VAB médio equivalente a cerca de R\$ 17 milhões).

Em termos gerais, mesmo o setor industrial sendo o que menos contribuiu para a economia municipal, este foi o setor que mais cresceu ao longo do período analisado (164%) seguido pela administração pública (70%) e pelos setores agropecuário e comércio e serviços com 57%.

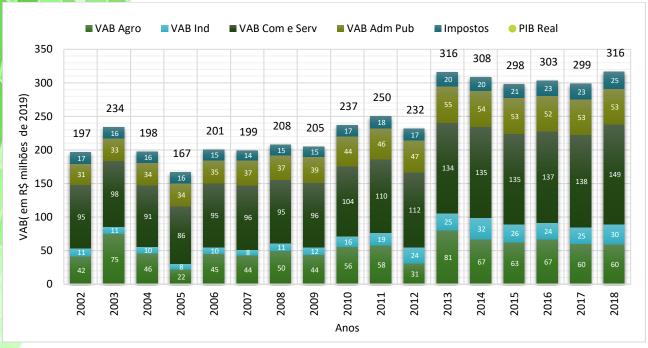
Como descrito anteriormente, é possível verificar que ao longo dos anos analisados o setor de comércio e serviços é um dos responsáveis pela geração de riqueza no município. Neste sentido, verifica-se que alguns dos segmentos que contribuíram para o PIB do município ao longo do período analisado foram: construção de edifícios (taxa média de crescimento de 31% ao ano), comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (taxa média de crescimento de 8% ao ano), Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente (taxa média de crescimento de 3% ao ano), entre outros.

No setor industrial, alguns dos segmentos que se destacam são a fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente (taxa média de crescimento de 37 % ao ano) e o de fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente (taxa média de crescimento de 26 % ao ano).

Por fim, a participação da administração pública no município também contribuiu para a geração de riqueza. Os dados relativos a emprego do CNAE mostram que, no que se refere a geração de empregos, a administração pública geral teve uma taxa de crescimento média anual na ordem de 2% e ao longo do período na casa dos 20%.

Figura 3. Evolução do Valor Agregado Bruto Real no município: 2002 a 2018



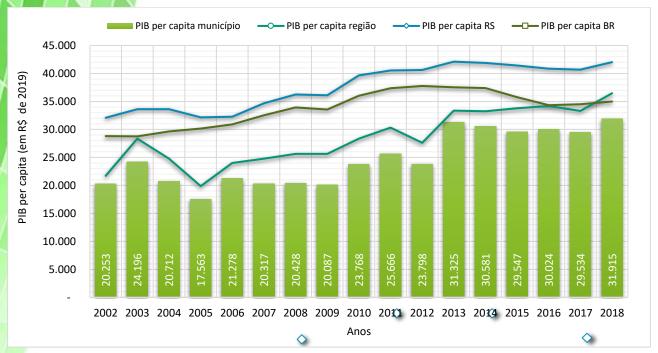


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

Na Figura 4 é possível identificar a evolução do PIB Real *per capita* do município, da região de análise, do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil. Considerando o início do período analisado até o ano de 2018, o PIB real *per capita* evoluiu de R\$ 20,2 mil para R\$ 31,9 mil. Em Constantina, a renda média por cidadão, dada pela divisão PIB Real/População Residente, é 13% inferior à média regional, que foi de R\$ 28,5 mil em 2018, 34% inferior a média estadual, que se situou em R\$ 42 mil e 27% inferior a média nacional, que ficou por volta de R\$ 35 mil no mesmo ano.

Figura 4. Evolução do Produto Interno Bruto *per capita* do município, da região de atuação da Sicredi Região da Produção no RS, do estado do RS e do Brasil: 2002 a 2018.





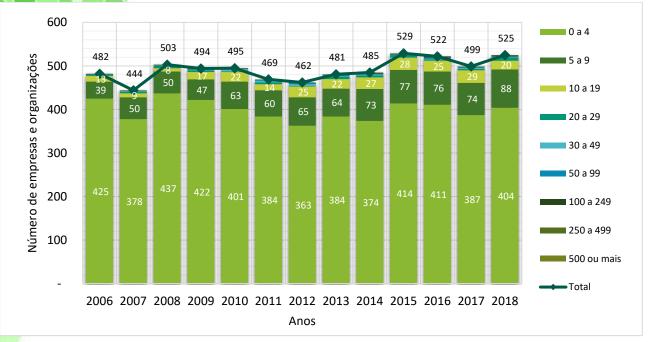
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios (2020).

A atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam mais 77% do total do município.

Em 2018, 121 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 88 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados, 20 na faixa entre 10 a 19 funcionários, e as demais englobando empresas de maior porte, inclusive uma destas sendo de grande porte, conforme é possível observar na Figura 5.

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2018





Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2020).

Apresenta-se na Figura 6 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

Inicialmente é perceptível que o segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações no decorrer dos anos analisados. Este segmento conta com 246 empresas, equivalente a 47% do total (em 2018). Após uma recuperação em 2015, este segmento veio retraindo nos dois anos subsequentes, com leve recuperação em 2018. Importante destacar que o setor do comércio é um dos mais fortes no município e quando o mesmo não vai bem, como visto nos últimos anos, devido a retração do setor, fica evidente a sua contribuição para a queda no total de empresas e organizações no município de Constantina.

A indústria de transformação tem um papel importante na atividade econômica do município. Este segmento conta com 63 empresas, o que equivale a 12% do total destas em 2018.

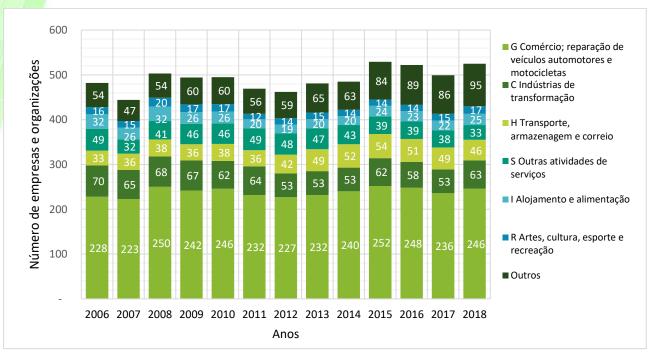
O segmento de transporte e armazenagem vêm experimentando algum incremento no período estudado, principalmente a partir de 2012, mas também, com alguns períodos de retração, passando a 46 empresas, o que representa 9% do total em 2018.



Destacam-se também outras atividades de serviços, sendo responsável por 6% do total de empresas e organizações no município, assim como empresas de alojamento e alimentação, as quais figuram 5% e as relacionadas a artes, cultura, esporte e recreação (3%). Por fim, 18% do total de empresas do município pertencem a outros segmentos econômicos.

Portanto, observa-se que principalmente comércio, indústrias de transformação, e transporte e armazenagem, foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico do município em 2018 no que tange ao meio empresarial, representando 68% do total de empresas e organizações.

Figura 6. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Cadastro Central de Empresas (2020).

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).



A partir da Figura 7, observa-se que entre os anos de 2006 e 2014 o município veio experimentado um acréscimo no número de empregos e da massa salarial, partindo de 1.002 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 1.960.228,00 milhão em 2006 para 2.075 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 4.368.961,00 milhões em 2014. No ano de 2015 o município experimentou o maior número de empregos formais (total de 2.136), mas, é importante observar que no mesmo ano, houve um decréscimo relativo à remuneração.



Figura 7. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2020): 2006 a 2019

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

De 2016 a 2019, o município veio enfrentando uma retração no número de empregos, com pequenos sinais de melhora. Por outro lado, se percebe um crescimento na remuneração do município neste mesmo período.

De forma geral, de 2006 a 2019 houve, no município de Constantina, um crescimento de 107% no número de empregos e um crescimento médio de 6% ao ano. Da mesma forma, relativo à remuneração, houve um incremento de 136% nesta em todo o período, assim como um crescimento médio de 7% ao ano.

Demonstra-se, por meio da Figura 8, a remuneração média do município de Constantina. Levando em consideração todo o período analisado, é possível perceber que, apesar de alguns períodos de



queda na remuneração média dos trabalhadores do município, pode-se constatar que em 2006 a remuneração média era de R\$ 1.956,32, chegando em 2019 em R\$ 2.228,92, um aumento de 14%, inferior ao crescimento da região (27%) e superior ao do estado (7%).

Figura 8. Remuneração média (em R\$ de 2020) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Entretanto, é de se ressaltar que no ano de 2017, o município contou com a remuneração média mais alta do período (R\$ 2.434,21), mas apresentou decréscimo nos anos posteriores.

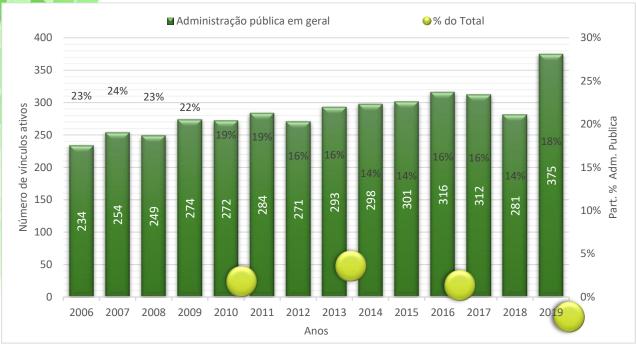
Destaca-se, também, que, comparativamente com a região e o estado, levando em consideração o ano de 2019, o salário médio do município se encontra inferior ao da região (R\$ 2.584,99, equivalente a -14%) e inferior ao do estado (R\$ 3.528,35, equivalente a -37%).

Na Figura 9 é possível identificar a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município. Na média de todo o período analisado, 18% dos empregados do município estão diretamente vinculados ao setor público (atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo; saúde pública, educação pública, segurança pública, administração pública). Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 60,26% no período, iniciando em 2006 com 234 postos de trabalho (equivalente a 23% do total) para 375 postos em 2018 (equivalente a 18% do total). De forma geral, houve uma menor participação do setor público no mercado de trabalho



do município, em parte por se observar um crescimento do total de empregos, assim como se verificar um decréscimo nos últimos três anos quanto aos empregos na administração pública.

Figura 9. Número de empregos da Administração Pública em geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2019



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

Com o objetivo de melhor descrever a alocação da mão-de-obra formal do município, apresentase a Figura 10, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica.

Entre os principais segmentos do ano de 2019, destacam-se: Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente (192); Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente (124); Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente (95) e Comércio de peças e acessórios para veículos automotores (98).

Em termos de crescimento, nota-se um uma oferta crescente de empregos no segmento de Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente até o ano de 2017. A partir de então, o segmento manteve os postos de trabalho, mas não cresceu.



Da mesma forma, no segmento de Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente, também se observa crescimento nos anos de 2009 e 2010, com retração até 2013, mas voltando a crescer a partir de 2014 até 2017, vindo a retrair novamente em 2018 e 2019.

O segmento de construção de edifícios cresceu até o ano de 2015, tendo este um grande salto na oferta de empregos nos anos de 2014 e 2015, vindo a reduzir drasticamente até 2017, e apresentando sinais de recuperação em 2018 (com 123 empregos formais) e novamente retração em 2019 (36 empregos). Mesmo com tantas instabilidades ao longo do período analisado, este segmento obteve um crescimento médio na geração de empregos em torno de 18% ao ano.

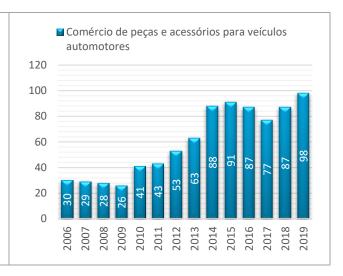
Por fim, em relação ao Comércio de peças e acessórios para veículos automotores, é possível perceber certa estabilidade na oferta de empregos até 2009, vindo de 2010 até 2015 em crescimento constante na oferta de emprego e, apresentando decréscimo nos próximos dois anos, com sinais de retomada do crescimento em 2018 e 2019. Neste sentido, é de se destacar que, ao longo de todo o período.

Figura 10. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2006 a 2018









Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2020).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 80,71% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 55,09% da área. Observa-se ainda que 17,01% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 34,76% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99,22% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 95,12% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura fundiária do Município: fev/2020

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1025	9.215	80,71	55,09
1-2	216	5.815	17,01	34,76
2-3	19	882	1,50	5,27
3-4	7	494	0,55	2,96
4-5	1	87	0,08	0,52
5-6	1	106	0,08	0,63
6-7	1	127,524	0,08	0,76
7-8	0	0	0,00	0,00



8-9	0	0	0,00	0,00
9-10	0	0	0,00	0,00
>10	0	0	0,00	0,00
Total	1.270	16.726,82	100,00	100,00

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 492 hectares para culturas perenes e 12.072 para a lavoura temporária.

A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2020), permite observar que a lavoura permanente passou por períodos de retração, principalmente nas culturas de laranja, uva e tangerina. A cultura de laranja, veio em crescimento até o ano de 2012, quando chegou a ter uma área de 352 hectares, reduzindo a partir de 2013, chegando em 2016 a 150 hectares, e permanecendo neste patamar até 2018. O mesmo se observa para as outras culturas permanentes, conforme Figura 11.

Neste contexto, a área colhida de uva que vinha mantendo certa estabilidade até 2012, quando obteve uma área colhida 120 hectares, veio reduzindo nos próximos anos, chegando a 33 hectares em 2018. A área de tangerina foi ampliada para 20 hectares em 1997, manteve-se nesse patamar até 2000, e foi reduzida a 12 hectares no próximo ano (2001), permanecendo assim até 2018.

Figura 11. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 - 2018





Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Outros Tangerina Uva ■ Laranja 7.000 6.000 5.000 **Toneladas** 4.000 3.000 2.000 1.000 0 2010 2012 Anos

Figura 12. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente: 2001 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Na Figura 12 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a uva, a tangerina, e a laranja compõem a principal massa produtiva em se tratando de culturas perenes. Pode-se observar uma redução significativa da produção, principalmente de laranja e uva. Neste sentido, verifica-se que a produção total vinha apresentando alguns períodos de crescimento e estabilidade até 2011 quando alcançou o patamar mais alto, chegando a cerca de 6 mil toneladas, mas foi reduzido para em torno de 4 mil toneladas 2018.

Entre as culturas permanentes mais relevantes no município, a laranja e a uva tiveram uma retração nos últimos anos, e, desta forma, contribuíram para a queda na produção total. Neste sentido, denota-se que a produção de laranja chegou a alcançar 5 mil toneladas em 2014, vindo a retrair, chegando a 2018 com 3,7 mil toneladas. Da mesma forma a uva que vinha mantendo mais de 1000 toneladas entre 2006 e 2011, veio retraindo a produção nos próximos anos, chegando em 2018 com apenas 330 toneladas.



Pode-se observar na Figura 13 o comportamento do rendimento médio da Produção da Lavoura Permanente no município de Constantina. Neste sentido, observa-se que a laranja, a uva e a tangerina são as culturas que obtiveram um rendimento médio de quilos por hectare mais altos durante o período analisado.



Figura 13. Rendimento médio da produção da lavoura permanente (kg/ha): 2001 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Relativamente a laranja, obteve-se um maior rendimento entre os anos 2016 e 2018, quando chegou a ter um rendimento médio de 25 mil Kg/Hectare.

Quanto à uva observa-se uma variação na produtividade desta cultura. Desta forma, verifica-se em todo o período analisado, rendimento médio entre 10 e 12 mil Kg/Hectare, ressaltando que em 2018 fixou-se em 10 mil Kg/Hectare.

Por outro lado, o rendimento médio da tangerina, mesmo apresentando uma leve queda no período inicial (2002 e 2004), observa-se alguns anos de crescimento, chegando em 2012 a 9 mil Kg/Hectare, mantendo-se neste patamar até 2018.



Pode-se observar na Figura 14 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI, data base de 2018.

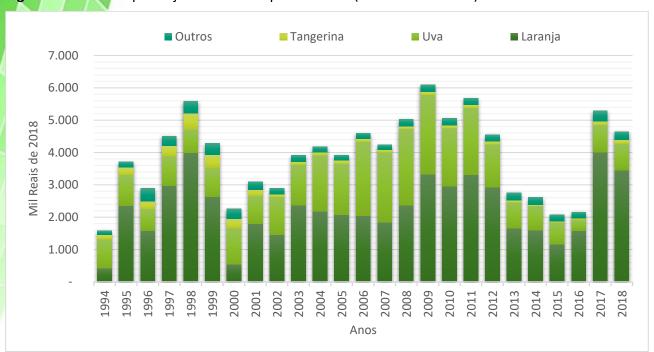


Figura 14. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

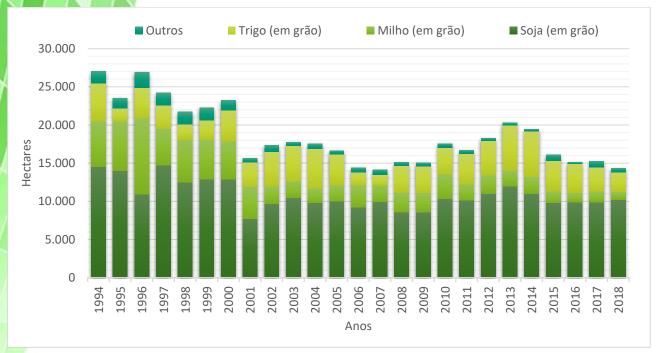
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Neste sentido, destaca-se que o valor da produção, que já se aproximou dos R\$ 6,1 milhões em 2009, decresceu até 2016, apresentando uma recuperação em 2017, mas, decresceu novamente em 2018, chegando à casa dos R\$ 4,6 milhões. O valor da produção da laranja situou-se em R\$ 3,4 milhões no último ano da série analisada, repetindo os valores obtidos em alguns anos, mas já foi de R\$ 4 milhões em 2017. Da mesma forma seguiu a uva, que teve seu valor máximo da produção em 2009, quando alcançou R\$ 2,4 milhões, mas chegou em 2018 com R\$ 825 mil (Figura 14).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar a partir da Figura 15, que as culturas de soja, milho e trigo se constituem como as principais, por apresentarem as maiores áreas plantadas.

Figura 15. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018





Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Neste sentido, é perceptível certa tendência de redução na área plantada de soja, que em 1994 dispunha de 14.500 hectares, chegou a contar com 14.700 hectares em 1997, mas, em 2018 apresentou 10.230 hectares (decréscimo de 29% levando em consideração os anos de 1994 e 2018).

Da mesma maneira, nas lavouras de milho e trigo observa-se uma tendência de redução das áreas. A lavoura de milho em 1994 contava com 6.000 hectares, chegou a 10.000 hectares em 1996, e veio decrescendo no decorrer dos anos, apresentando alguns períodos de aumento de área, mas em 2018 contou com 1.000 hectares (decréscimo de 83%). A lavoura de trigo, por sua vez, em 1994 apresentou uma área plantada de 5.000 hectares, chegou a 6.000 hectares em 2013 e 2014, mas apresentou 2.600 hectares de área em 2018 (decréscimo de 48% levando em consideração os anos de 1994 e 2018).

Em termos gerais, levando em consideração as culturas em análise, pode-se dizer que houve uma redução de 47% no total da área plantada de lavoura temporária no município, levando em consideração os anos de 1994 e 2018.

Apresenta-se na Figura 16 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção de soja (que varia de 2.400 mil a



34.658 mil toneladas), de milho (2.016 a 20.160 mil toneladas) e de Trigo (1.181 a 18.000 mil toneladas).



Figura 16. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

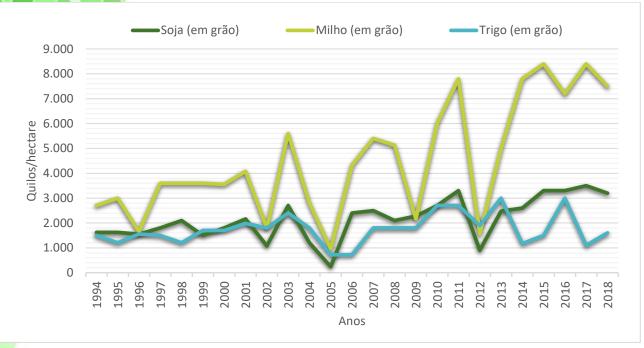
Na comparação entre os extremos, observa-se que a produção de soja teve um crescimento de 39% e uma taxa média de crescimento de 1% ao ano. Contrariamente o milho teve um decréscimo de 54% e uma taxa média de -3% ao ano. Da mesma forma o trigo obteve decréscimo na produção de 45% e uma taxa média de -2% ao ano.

Em uma análise geral da produção, levando em consideração as culturas temporárias analisadas, têm-se um crescimento de 65% ao considerar os extremos e uma taxa média de crescimento de 2% ao ano.

Apresenta-se na Figura 17, a produtividade da lavoura temporária, ou seja, o comportamento do rendimento médio da produção deste tipo de cultura no município. Neste sentido, observa-se que o milho, a soja, o trigo e o feijão são as culturas que obtiveram um rendimento médio de quilos por hectare mais altos durante o período analisado.

Figura 17. Produtividade de culturas de lavoura temporária: 1994 - 2018





Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Relativamente ao milho, obteve-se uma maior produtividade nos anos de 2011 e de 2014 a 2018, quando se chegou a ter um rendimento médio na faixa dos 7 a 8 mil Kg/Hectare. Quanto a soja chegou-se a ter a produtividade mais alta nos anos de 2011 e entre 2015 e 2018, quando chegou a casa dos 3 mil Kg/Hectare.

A produtividade do trigo esteve em um patamar mais alto em 2016, quando se chegou a um rendimento médio de 3 mil Kg/Hectare, mas, em 2018, a produtividade caiu ao patamar de 1,6 mil Kg/Hectare. Por fim, a produtividade do feijão esteve num patamar mais alto entre 2015 e 2017, período em que esteve com um rendimento médio na faixa de 1,5 a 1,7 mil Kg/Hectare.

Em termos gerais, pode-se dizer que a produtividade relativa à lavoura temporária no município, teve uma taxa de crescimento médio de 3% ao ano.

Em termos reais⁴, é possível observar, a partir da Figura 18, que o valor global da produção da lavoura temporária esteve, no início da série histórica, num patamar de cerca de R\$ 50 milhões, mas já alcançou cerca de R\$ 62 milhões em 2003, apresentando alguns anos de maior retração até

_



⁴⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

2012, mas também contou com alguns anos de recuperação do crescimento (2013 e 2016), apresentando em 2018 cerca de R\$ 46,7 milhões.

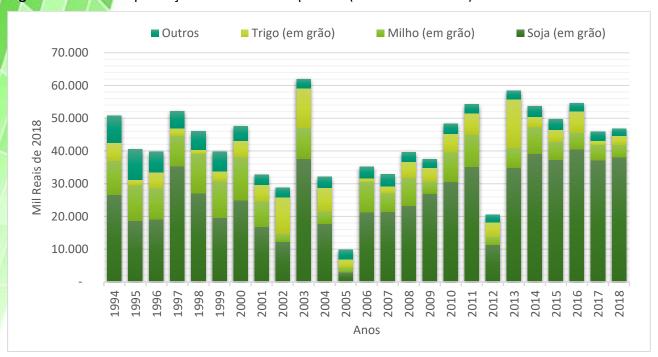


Figura 18. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Produção Agrícola Municipal (2020).

Em 2018, a cultura da soja alcançou um valor comercializado na casa dos R\$ 38 milhões, sendo esta a única cultura dentre as demais que apresentou crescimento médio positivo durante o período analisado. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 3,93 milhões. Em seguida, o trigo com R\$ 2,7 milhões, constituindo o mosaico da renda da lavoura temporária no município.

De forma geral, levando em consideração as culturas analisadas, pode-se dizer que o valor da produção da lavoura temporária do município apresentou um decréscimo de 8% considerando os anos das duas extremidades da série, não havendo variação na taxa média de crescimento ao ano durante o período analisado.

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, percebe-se na Figura 19 uma tendência de redução dos rebanhos do município, onde em 1994 se tinha cerca de 217,6 mil cabeças e, em 2018, 144 mil cabeças. De forma geral, levando



em consideração todo o período da série histórica, o rebanho total teve redução de 34% e uma taxa média de redução anual de 2%.

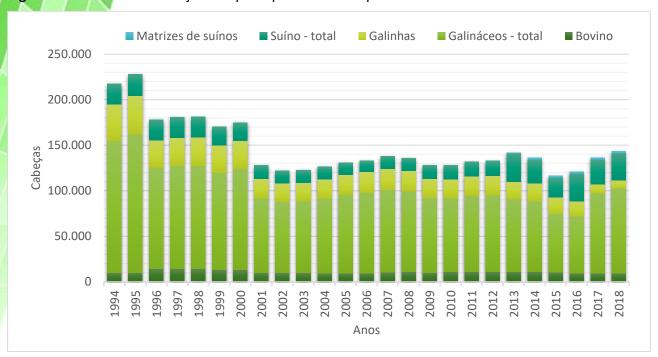


Figura 19. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

O rebanho de suínos foi o único que apresentou crescimento no período analisado (35% comparando as extremidades, e de 1% de crescimento médio ao ano), chegando a apresentar 31,2 mil cabeças em 2013, mas em 2018 se encontrou num patamar menor (29,6 mil cabeças).

Na categoria galináceos⁵, o maior rebanho do município, após contar com patamares mais altos entre 1994 e 2000, a partir de 2001 veio apresentando uma tendência de redução do número de cabeças até 2016, vindo a apresentar sinais de recuperação do rebanho a partir de 2017, chegando em 2018 com 93 mil cabeças. Mesmo assim, levando em consideração todo o período, o rebanho de galináceos teve redução de 36% comparando-se os dois extremos, assim como uma redução média ao ano de 2%.

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).



30

Da mesma forma, na categoria galinhas⁶, ocorreu uma redução de 78% no período e uma redução

média de 6% ao ano. Este rebanho esteve na casa das 40 mil cabeças nos anos iniciais, mas a partir

de 1996, também veio apresentando tendência de redução ao longo do período, chegando em

2018, com 8,8 mil cabeças.

Por fim, o rebanho bovino, apesar de ser menor, apresentou certa estabilidade durante o período

analisado, mantendo-se na maior parte dos anos na casa das 10 mil cabeças. Mesmo assim,

considerando as extremidades houve uma redução de 5% neste rebanho, entretanto a taxa média

anual permaneceu sem variação.

Tendo por base a Figura 20, é possível observar a quantidade da produção animal do município, de

acordo com o período analisado. Neste sentido, é possível observar que a produção de leite

evoluiu de 2,1 milhões de litros para cerca de 23 milhões entre 1994 e 2018. A produção de mel

evoluiu de 1,8 mil para 15 mil quilos entre 1994 e 1996, mantendo esta quantidade em 1999, mas

foi reduzida para 2.5 mil quilos em 2017. Já a produção de ovos, que esteve na faixa dos 222 a 257

mil entre 1996 e 2000, foi reduzida a cerca de 120 mil dúzias em 2018.

De forma geral, a produção animal obteve crescimento de 472% levando em consideração os anos

de 1994 e 2018, assim como obteve uma taxa de crescimento médio de 8% ao ano, durante o

período analisado. Este crescimento foi impactado pela produção de leite e de mel, as quais

apresentaram crescimento de 992% e 39% respectivamente, comparando as extremidades, assim

como uma taxa média de crescimento de 10% e 39% ao ano, respectivamente. Contrariamente, a

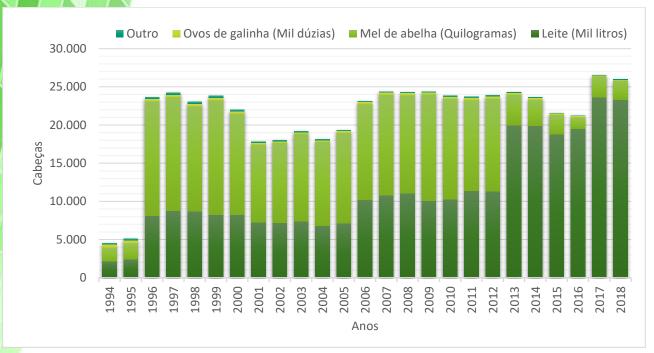
produção de ovos impactou negativamente na produção global, pois decresceu 72% no período e

obteve uma taxa média de decréscimo de 5% ao ano.

Figura 20. Produção animal: 1994 - 2018

⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

Acelera



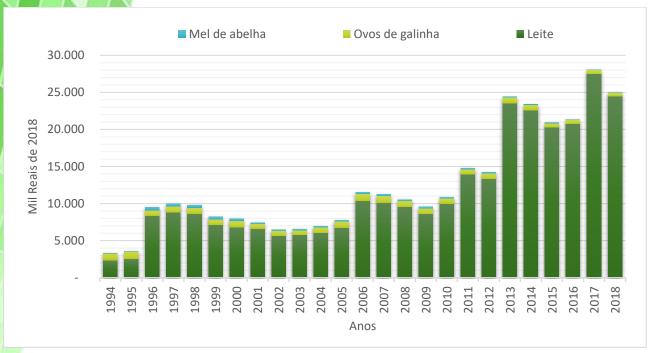
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

Neste contexto, a atividade leiteira é a de maior valor da produção animal. Apesar de alguns períodos de baixa, apresentou crescimento, saindo de um valor da produção em 1994 de R\$ 2,3 milhões para chegar em 2018 no patamar de R\$ 24,5 milhões, conforme é possível verificar na Figura 21.

O valor da produção evoluiu de aproximadamente R\$ 3,3 milhões para R\$ 24,9 milhões entre 1994 e 2018, o que atesta a importância do setor agropecuário para o município.

Figura 21. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018





Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (2020).

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2020), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 96,1%, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 1134 matrículas no ensino fundamental e 287 no ensino médio.

Em 2018, 95 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 33 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 9 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.



O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 22. Neste sentido, pode-se perceber que a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente de 2005 até 2017, partindo da nota 4,5, evoluindo para 6,2 correspondentemente, mas ressalta-se que já esteve em 6,8 em 2011 e em 6,5 em 2015.

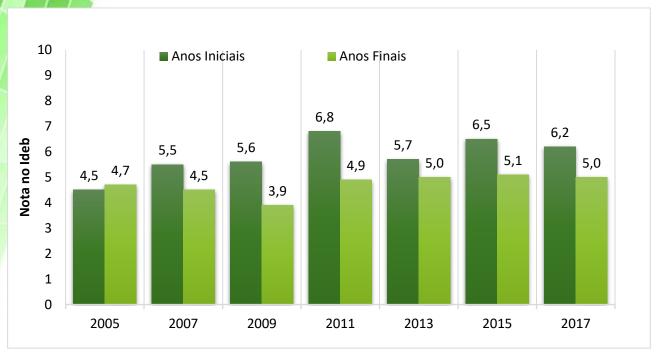


Figura 22. IDEB das escolas do município de Constantina/RS: 2005 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE Cidades (2020).

Em relação aos anos finais da educação, pode-se perceber que o desempenho dos alunos do município, durante o período estudado, veio sofrendo uma variação no decorrer dos anos, partindo de um índice de 4,7 em 2005 para 3,9 em 2009, observando um crescimento até 2015, quando obteve a nota 5,1, mas voltando a decrescer em 2017, atingindo a nota 5,0.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

Em 2019 foram registrados 158 partos, sendo que 7 ocorreram em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção a precocidade destas

⁷ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.



crianças e adolescentes mamães. A tendência, conforme pode ser observada na Figura 23, é de leve crescimento no número de nascimentos nos últimos anos.

180 ■ Menos de 15 anos 158 160 15 a 17 anos 138 136 ■ 18 a 19 anos 132 131 140 129 127 127 Número de nascidos vivos 122 121 20 a 24 anos 114 120 111 ■ 25 a 29 anos 100 100 30 a 34 anos 35 a 39 anos 80 ■ 40 a 44 anos 60 ■ 45 a 49 anos 40 ■ 50 anos ou mais Ignorada 20 Total n 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 Anos

Figura 23. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Constantina/RS: 2006 a 2019

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 24,00 e "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 24.00 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 2.8 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 60 de 497 e 83 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 729 de 5570 e 1211 de 5570, respectivamente." (IBGE, 2020).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsitos. Neste contexto, o percentual de mortes violentas nos anos de 2006 e 2018 (pontos extremos) foi de 6% e 11%, respectivamente.



Em 2009 chegou a alcançar o patamar mais alto (16%), em contrapartida, em 2014 e 2017 decresceu ao patamar mais baixo (5%).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2007 com 58 mortes, porém 12% destas foram de forma violenta. Já o maior número de mortes ocorreu no ano de 2018, com 91 mortes, sendo que 11% destas foram de forma violenta. Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 940 óbitos, dos quais 90 ocorreram de forma violenta, conforme pode ser observado na Figura 24.

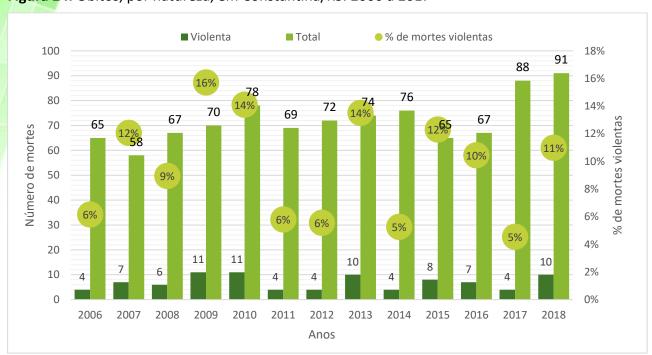


Figura 24. Óbitos, por natureza, em Constantina/RS: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE – Estatísticas do Registro Civil (2020).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 11% fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).



"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2020).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
 Geração de empregos formais Taxa de formalização do mercado de trabalho Geração de renda Massa salarial real no mercado de trabalho formal Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	 Atendimento à educação infantil Abandono no ensino fundamental Distorção idade-série no ensino fundamental Docentes com ensino superior no ensino fundamental Média de horas aula diárias no ensino fundamental Resultado do IDEB no ensino fundamental 	 Proporção de atendimento adequado de pré-natal Óbitos por causas mal definidas Óbitos infantis por causas evitáveis Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

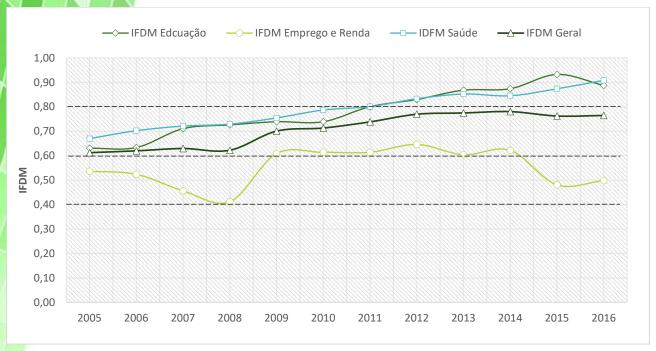
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

De acordo com a Figura 25, as áreas de educação e saúde foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, o desempenho do indicador de emprego e renda esteve em um patamar mais baixo.

Figura 25. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016





Fonte: Elaboração própria, com base em FIRJAN (2020).

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 20.299,90 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 16.726,82 hectares. Destes, cerca de 9,62% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 7,36% como Reserva Legal e 81,01% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: fev/2020

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	20.299,90	
Número de imóveis rurais	1.270	
Área total dos imóveis rurais	16.726,82	82,4
Área média:	13,17	
Área mínima/máxima:	0,07 / 127,52	
APP	1.608,37	9,62
APP - Recomposição	36,05	0,22
Reserva Legal	1.231,29	7,36
Vegetação Nativa	2.562,60	15,32



Servidão Administrativa	157,21	0,94
Área Consolidada	13.551,04	81,01
Banhados	6,61	0,04
Número de Nascentes	164	0
Uso Restrito	1	0,01
Hidrografia	257,60	1,54
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	3.573,08	17,6

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).

Conforme se observa na Tabela 5, dos 1.270 imóveis rurais, cerca de 66,93% mantém APP, 11,1% declararam ter olho d'água, 49,53% tem reserva legal e 86,06% conta com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: fev/2020

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	850	1644,42	420	66,93	33,07
Área Consolidada	1.238	13551,04	32	97,48	2,52
Banhado	26	6,61	1.244	2,05	97,95
Hidrografia	785	183	485	61,81	38,19
Nascente olho d'água	141	0	1.129	11,1	88,9
Reserva Legal	629	1.231	641	49,53	50,47
Servidão Administrativa	887	157	383	69,84	30,16
Uso Restrito	1	1	1.269	0,08	99,92
Vegetação Nativa	1.093	2.563	177	86,06	13,94
Área topo de morro	-	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastra	dos no CAR – CO	NSTANTINA			
Número Total de I.R.:	1.270	16.726,82			
Área Total do Município:		20.299,90			
% Área declarada/Área Município:		82,4			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2020).



² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

3. CAPITALISMO CONSCIENTE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O futuro de um povo, seja nos contornos de um país, estado ou município está nas mãos de seus cidadãos, de ninguém mais. Nas ações que por eles são eleitas e postas em prática, estão as forças capazes de dar movimento, sair da inércia, de construir uma estrada capaz de promover melhores condições, por mais desafiadoras que possam ser as condições. Essas ações podem se caracterizar por maior complexidade, como participar de um processo eleitoral imbuído de seu dever cívico para com a comunidade, como outras menores, mas não menos importantes, como, por exemplo, colaborar na manutenção da limpeza dos seus espaços sociais. É na interação do privado, o meu, com o público, o nosso, que se encontra o amálgama capaz de efetivamente construir a estrada.

Não há dúvidas de que ações de governos são importantes nesse processo, mas fazendo parte de nós, não como um agente único e responsável unitário pelo desenvolvimento de um povo, mas como um ente interativo, que tem na solidez das relações sociais de sua população a inspiração para liderar o processo. Em resposta, a sociedade, vislumbrando o comprometimento de seus governantes, engaja-se solidariamente em prol do desenvolvimento do seu espaço de convívio.

Melhorar as condições de vida de forma a gerar felicidade é a força que move um povo e, quando não há essa motivação, tem-se a inércia, a incapacidade de ver o futuro. A resposta a esta situação pode emergir da mobilização da sociedade, que, por meio de movimentos de seus integrantes, em pequenos ou grandes grupos, mobiliza os esforços no sentido de alcançar um objetivo comum. No entanto, para que isso se verifique, faz-se necessário o resgate de conceitos que outrora eram comuns nas dinâmicas sociais, a valorização dos aspectos qualitativos em relação aos quantitativos.

Nesse sentido, Raj Sisodia (2019) resgata de Daniel Pink, a ideia de que haja complementação das habilidades que concentram alta tecnologia (*high-tech*) com habilidades de alto conceito e alta sensibilidade (*high touch*). A ideia de alto conceito e sensibilidade envolveria o desenvolvimento de competências para gerar "beleza" emocional que harmonize os indivíduos de modo a perceberem oportunidades. Apoiados em ambientes positivos, esses indivíduos articulariam ideias que muitas vezes poderiam nem estar relacionadas, mas, uma vez articuladas, resultam em situações para além do imaginado.



Raj (2019), debruçado sobre as ideias de Pink (2005), destaca que ainda hoje a percepção hegemônica à continuidade dos negócios passa por um certame de números, cujo modelo esgotase paulatinamente, abrindo espaço para um ambiente onde os aspectos qualitativos ganharão mais espaço nos contextos empresariais. Cita o amor como, quiçá, o mais poderoso dos fatores qualitativos, que tornam empresas mais humanizadas, sendo "... um profundo, sensível, inefável sentimento de afeto que ocorre da empresa para o stakeholder e de volta para a empresa (p.7)". Raj percorre diversos autores, como James Autry (*Love and Profit*) e Kevin Robert (*Lovermarks*: O futuro além das marcas), os quais são unânimes no destaque do amor como elemento de sucesso para "empresas humanizadas". Porém, dentre esses, destacamos Tim Sanders (O Amor é a Melhor Estratégia: uma nova visão de sucesso e Realização Profissional) no qual Raj Sisodia sublinha trecho da obra em que Sanders afirma não encontrar nada mais alteroso do que o amor, tendo inclusive dificuldade de conceituá-lo, mas sintetizando como "promoção altruísta do crescimento do outro".

Raj, ao citar Kevin Robert (2005), destaca um trecho de seu livro, na página 49, o qual nos salta aos olhos, quando Robert diz "... O amor é sempre uma mão dupla". John Mackey (2018), ao tratar da empresa que fundou, a "Safer Way", afirma que a lição de maior significado foi a de que "... as empresas não se baseiam em exploração ou coerção, mas em cooperação e trocas voluntárias. As pessoas fazem negócios voluntariamente, a fim de obter ganho mútuo."

Raj (2019) sintetiza essa nova proposta paradigmática cunhando a expressão "firms of endearment", ou firma humanizada, que, de forma resumida, trata-se de uma empresa cujas relações com os stakeholders se baseia no afeto, e nas quais os interesses de todos são alinhados estrategicamente. Não há benefício em detrimento de outros e a prosperidade alcança a todos, afastando-se do que Mackey (2018, p.17) citará como "jogo de soma zero", no qual para alguém ganhar, outro terá que perder. Mackey (2018) destaca que essa concepção da soma zero gera indícios de anomalias e ódio no ambiente corporativo, sendo que, nos Estados Unidos, foi verificada uma redução do comprometimento dos colaboradores das empresas de 30% nos últimos 10 anos, sendo que a maioria apresentava hostilidades em relação aos seus empregadores. Mackey (2018) aponta a disparidade de ganhos entre os CEOs das empresas em



relação ao salário médio pago, que, em 1980, era 42 vezes maior e, em 2000, chegou a 525 vezes mais que o salário médio pago pelas empresas. Ou seja, jogo de soma zero.

Raj concluirá, sob o aspecto das *firms of endearment*, que nenhum dos *stakeholders* deverá se favorecer em agravo a qualquer outro, sendo que cada um dos membros florescerá juntamente com os demais. A preocupação das partes com o crescimento dos demais criará um ambiente afetuoso e de lealdade a partir do atendimento de deficiências fisiológicas e psicológicas dos *stakeholders*. O autor sublinha que empresas humanizadas (*firms of endearment*) dedicam-se à ideia de *share of heart* (fatia do amor), que preconiza ocupar espaços no coração do cliente, resultando em maior espaço da participação mercadológica. Lembra, também, que essa relação se dá com os empregados, nas quais a retribuição se dará naturalmente no empenho produtivo. *Share of heart* pode e deve ser praticado com fornecedores e com as comunidades, as quais a empresa esteja envolvida, de tal forma que sintam orgulho de tê-la em seu meio. Por fim, é destacada a visão dos acionistas de empresas humanizadas, na qual o lucro é importante, mas a satisfação moral e emocional de fazer parte daquele empreendimento com significado social também é considerada uma forma de remuneração.

É bom que se destaque que Raj, em momento nenhum, desconsidera a importância da boa gestão das empresas, pois, como afirma, "... nenhuma correção moral pode salvar uma empresa mal gerida." No entanto, empresas que desfrutam do amor daqueles aos quais suas operações alcançam tendem a ser mais perenes. O autor cataloga uma série de valores de empresas humanizadas, como a subscrição de valores que vão além do simples ganho de dinheiro, alinhando-se aos interesses de todos os *stakeholders*, abraçando-os como sendo orgânico dela própria. Cremos que o resumo das considerações do autor poderia se dar em um de seus argumentos (p.12), pois afirma que, em relação às empresas humanizadas, "... a sua cultura corporativa é o seu maior patrimônio e principal fonte de vantagens competitiva".

Nosso objetivo aqui não é esgotar os aspectos das empresas humanizadas, mas apresentá-las de forma a clarearmos a sua ligação com as comunidades as quais estão inseridas e os aspectos desse relacionamento com o desenvolvimento delas. Nesse sentido, é esclarecedor citarmos os cinco principais *stakeholders* apresentado por Raj, lembrando que não há uma ordem de importância: Clientes, tanto os individuais como os organizacionais; empregados atuais, futuros, passados e



suas estruturas familiares; investidores individuais, institucionais e credores; parceiros a montante, como fornecedores, horizontais e a jusante; e, por fim, a sociedade. Deixamos a sociedade por último (o autor trata dela em primeiro), tendo em vista que nosso propósito é o desenvolvimento das comunidades.

Quanto à sociedade, Raj enumera as comunidades locais e mais amplas, bem como governos e demais instituições sociais e meio ambiente. Lembra que, nesse modelo, que denomina pelo acrônimo de SPICE (iniciais de cada um dos *stakeholders*: sociedade, parceiros, investidores, clientes e empregados)⁸, há uma série de relações que devem ser orientadas por um fluxo bidirecional de valores e alinham-se de interesses de todas as partes, sendo essa o âmago de uma administração exitosa. Sublinha ainda que "... é a maneira de maximizar o retorno para a sociedade de todos os investimentos que fluem para todas as organizações. É o estilo das empresas humanizadas".

Parece-nos lógico que a extrapolação dos conceitos e dinâmicas das empresas humanizadas servenos à discussão e reflexão de um processo de desenvolvimento de aglomerados sociais e, por
consequência, das pessoas que as integram. **Não há como se pensar em desenvolvimento de um município sem que se passe pelo desenvolvimento de cada um de seus integrantes sociais**. Não é
possível que uma empresa cresça em um mar de desigualdades, de alijamento de bem estar por
parte de seus integrantes. Não queremos dizer com isso que as empresas não devam ter lucro,
mas, como destaca Mackey (2018, p.19), os empresários buscam lucro como um objetivo
relevante. No entanto, não é somente isso que move esses empreendedores, eles também são
impulsionados por paixão, sonhos e por acreditar no que fazem, o que, somado à boa gestão, é
capaz de criar valor para todas as partes envolvidas.

_



⁸ Também significa tempero (*spice*-inglês), embora o autor não tenha explicitado, leva-nos a pensar como elementos de uma receita cujo produto venha a ser algo exitoso e saboroso, como deve ser o desenvolvimento de uma comunidade.

Então, pensar em desenvolvimento é pensar em crescimento sustentável para todos os integrantes sociais e, para isso, adaptando o pensamento de Raj quanto à interação das empresas humanizadas com a sociedade, se faz necessário o encorajamento e o envolvimento dos *stakeholders* no cuidado com a comunidade na qual estão inseridos, ampliando para dimensões mais externas. Esse engajamento resultará no aumento da competitividade, gerando maiores resultados que poderão ser acessados por todos os segmentos sociais, sem perder o foco na sustentabilidade ambiental, pois esse é um recurso público, não sendo correto a sua degradação em prol de quem quer que seja, mesmo que temporalmente (gerações futuras).

A cooperação entre o público e o privado pode gerar uma sinergia tal que, se bem articulada, pode gerar oportunidades empreendedoras. O entendimento do compromisso de um empreendimento para com o local onde está ou irá se instalar é fundamental para o sucesso da empresa e da sociedade. RAJ (2019, p. 178) serve-nos o caso da Toyota, cuja importância de honrar o espírito das leis encontra-se em um patamar superior ao mero cumprimento da lei, tendo na cláusula primeira de seus princípios orientadores o seguinte: "Honrar a linguagem e o espírito da lei de cada nação e realizar atividades sociais abertas e justas para ser um bom cidadão coorporativo do mundo". O autor destaca que cada vez mais as empresas serão cobradas por comportamentos mais sociais, na medida em que a sociedade se torne "... mais focada no ser do que no ter".

É com esse enfoque que a Sicredi Região da Produção RS/SC/MG se engaja, juntamente com as comunidades onde atua, no processo de desenvolvimento coletivo local e regional, para o qual, em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o município apresenta determinado potencial para o desenvolvimento de atividades econômicas. Neste sentido, o presente relatório não se propõe a esgotar a questão, mas, pelo contrário, a introduzir e favorecer o processo reflexivo sobre as questões associadas ao desenvolvimento e qualidade de vida.

Neste contexto, em todas as situações a organização social, o e empreendedorismo e a implementação de programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócio e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados pode ser importante.

Desenvolvimento econômico não é produto, por isso não pode ser dado, comprado, entregue ou recebido. Pelo contrário, é um processo de transformação e por isso as entidades da sociedade devem promover um debate ininterrupto para identificar potencialidades a serem aproveitadas, fraquezas a serem superadas e fortalecer a ação coletiva.

Neste contexto, com o intuito de contribuir com o processo reflexivo, destacam-se as seguintes ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas locais:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.



Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo,
 criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes no local.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;



- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;
- g. Nos casos em que não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já estão em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por Universidades, Institutos Federais e Escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento é uma responsabilidade de todos e que sempre existirá uma possibilidade para inovar, empreender ou melhorar o ambiente de negócios em nível local.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTANTINA. Histórico do município de Constantina – RS. Disponível em: https://www.constantina.rs.leg.br/institucional/historia. Acesso em: mai/2020.

CIDADE BRASIL. **Município de Constantina – RS.** Disponível em: https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-constantina.html. Acesso em: mai/2020.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento**Municipal (IFDM). 2020. Disponível em https://www.firjan.com.br/ifdm/. Acesso em mai/2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2020. Acesso em mai/2020.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: ____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/ >. Acesso em: mai/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSTANTINA (RS). Prefeitura. **História do município**. Disponível em: https://www.constantina.rs.gov.br/historia-do-municipio/. Acesso em: mai/2020.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão o Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural. 2020.

